



MUNICÍPIO DE VISTA ALEGRE DO ALTO

Praça Dr. E. H. Ower Sandolth, 278 - Cep 15920-000

Vista Alegre do Alto - Estado de São Paulo

CNPJ – 52.854.775/0001-28

Fone: (16) 3277-8300

www.vistaalegrealto.sp.gov.br



Demanda nº 084209 e Processo SGRI-PRC-2025-00177-DM, Convênio 100428/2025 – Governo de São Paulo.

| | |
|------------------------------------|---|
| Demanda (Principal): | 084209 |
| Processo: | SGRI-PRC-2025-00177-DM |
| Convênio: | 100428/2025 |
| Órgão/Entidade Responsável: | SECRETARIA DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS |
| Prioritária de Governo: | SIM |
| Demandante: | PREFEITURA MUNICIPAL DE VISTA ALEGRE DO ALTO |
| Solicitante: | Delegada Graciela |
| Valor do Estado: | R\$ 250.000,00 |
| Valor do Contrapartida | R\$ 127.925,18 |
| Valor do Total | R\$ 377.925,18 |
| Valor da Emenda: | R\$ 250.000,00 |
| Nome do Parlamentar: | Delegada Graciela |

Projetos executivos, especificações técnicas nos memoriais descritivo e de cálculo, planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro são anexos do estudo técnico preliminar que precede este termo de referência.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de revitalização da Praça Center Park, espaço público utilizado intensamente pelos moradores do bairro e que atualmente apresenta desgaste físico, falta de infraestrutura adequada e condições insuficientes para atender às demandas comunitárias de lazer, recreação e práticas esportivas.

2.2. A intervenção visa promover o desenvolvimento social e urbanístico, proporcionando melhoria direta na qualidade de vida dos cerca de 1.500 habitantes do bairro, que reivindicam a reestruturação do local em razão de sua relevância para a convivência comunitária.

2.3. As praças públicas desempenham papel essencial na integração social, no desenvolvimento infantil e na promoção da saúde física e mental, sendo ambientes que estimulam convivência, inclusão e cidadania. Nesse sentido, a revitalização contribuirá para ampliar as opções de lazer, práticas esportivas e atividades culturais ao ar livre.

2.4. A adequação da pista de caminhada atende à necessidade de ampliação das práticas esportivas e de promoção da saúde, oferecendo infraestrutura segura, acessível e adequada para uso da população.



MUNICÍPIO DE VISTA ALEGRE DO ALTO

Praça Dr. E. H. Ower Sandolth, 278 - Cep 15920-000

Vista Alegre do Alto - Estado de São Paulo

CNPJ – 52.854.775/0001-28

Fone: (16) 3277-8300

www.vistaalegrealto.sp.gov.br



2.5. A medida também fortalece o senso de pertencimento e o espírito comunitário, estimulando a preservação do patrimônio público e a utilização responsável dos espaços coletivos.

2.6. Além disso, a revitalização contribui para a melhoria ambiental e paisagística do município, favorecendo a recuperação de áreas degradadas, a valorização do meio ambiente natural e o aumento da qualidade ambiental urbana.

2.7. Do ponto de vista administrativo, o município enfrenta limitações de pessoal técnico especializado para execução direta dos serviços, o que torna necessária a contratação de empresa com capacidade técnica comprovada, garantindo eficiência, segurança e conformidade com os projetos e normas de engenharia.

3. FORMA DE CONTRATAÇÃO E HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR

A contratação será realizada pela modalidade Concorrência, conforme art. 28, II, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de obra de engenharia com valor estimado de R\$ 377.925,18. A escolha garante ampla competitividade, participação de empresas com capacidade técnica, maior segurança jurídica e seleção da proposta mais vantajosa. O objeto não se enquadra em dispensa, inexigibilidade, Pregão ou contratações integradas, pois já possui projetos e memoriais definidos. Assim, a Concorrência é a modalidade mais adequada para assegurar isonomia, transparência e atendimento ao interesse público.

3.1. JUSTIFICATIVA PARA A MODALIDADE CONCORRÊNCIA PRESENCIAL E INVERSÃO DE FASES DURANTE O PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

3.1.1 Concorrência presencial

Considerando que o que estabelece o §2º do art. 17 da Lei 14.133, de 2021, que assim dispõe: as licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.

Considerando que neste mesmo sentido, a Lei de Licitações e Contratos Administrativos previu como regra a utilização da forma eletrônica nos procedimentos licitatórios, nada obstante, a própria norma traz a possibilidade de se adotar a forma presencial, desde que motivada.

Considerando que a Administração atual, como forma de garantir os princípios legais da Administração Pública, já utiliza da forma eletrônica para realizar a maioria de suas licitações.



MUNICÍPIO DE VISTA ALEGRE DO ALTO

Praça Dr. E. H. Ower Sandolth, 278 - Cep 15920-000

Vista Alegre do Alto - Estado de São Paulo

CNPJ – 52.854.775/0001-28

Fone: (16) 3277-8300

www.vistaalegredoalto.sp.gov.br



Considerando que todos os atos da licitação proposta se dará de forma regimentar e regular atendendo todas as exigências legais vigentes, além de registrar a ata, gravar, publicar, etc.

Considerando que embora exista argumentos de diversos órgãos de controle interno e externo no sentido de que a Concorrência eletrônica acarreta redução significativa de preços, este por si só, não é o suficiente diante desta situação apresentada, uma vez que, deve-se considerar os serviços de engenharia civil propostos, o custo do objeto, bem como a relevância da contratação.

Considerando a obra a ser executada, nas mais diversas etapas, com a exigência comprovada de capacidade técnica (mão de obra qualificada, profissionais devidamente registrados no Conselho de Classe, Acervos Técnicos, etc.), administrativa (solidez contábil e financeira) e operacional (máquinas, ferramentas e equipamentos necessários e adequados).

Considerando a importância e a urgente entrega do objeto contratado. A unidade de lazer center park é um local importante para o desenvolvimento das crianças, jovens e adultos, uma vez que, trata-se de um ambiente rico em inclusão e interação social. É neste local que, a grande maioria aprende uma diversidade de conhecimentos, aprende a colaborar e se comunicar, formando assim seu caráter e senso de convívio comunitário.

Considerando que o certame na forma presencial oferece transparência máxima, uma vez que, que permite a TODOS os participantes testemunhar cada ato durante todo o processo, garantindo a sua integridade. Possibilitará uma interação direta em tempo real entre os participantes, avaliadores, equipes administrativa e técnica, além de, permitir os esclarecimentos de forma imediata do objeto da Licitação, bem como, a complementação do procedimento licitatório: verificação imediata das condições de habilitação e execução da proposta, manifestações recursais, proporcionando maior celeridade aos procedimentos, visto em regra, que poderá ocorrer na própria sessão pública, sem prejuízo da competição de preços.

Enfim, diante de atender os princípios constitucional da legalidade, bem como privilegiar a busca da proposta mais vantajosa para a Administração, há de se ressaltar também que a opção pela forma presencial não produzirá alteração no resultado final do certame, não acarretando em qualquer prejuízo à competitividade, garantido a lisura do certame.

Diante do acima exposto, justifica-se a realização de modalidade de Concorrência Presencial.



MUNICÍPIO DE VISTA ALEGRE DO ALTO

Praça Dr. E. H. Ower Sandolth, 278 - Cep 15920-000

Vista Alegre do Alto - Estado de São Paulo

CNPJ – 52.854.775/0001-28

Fone: (16) 3277-8300

www.vistaalegrealto.sp.gov.br



3.1.2 Inversão de fases

Acrescentamos que a licitação presencial cumulada com a inversão de fases, sendo, a habilitação dos proponentes prévia à abertura de propostas no processo licitatório, visa, selecionar empresas que realmente tenham a capacidade técnica operacional para a execução dos serviços pretendidos e consequentemente inibir a apresentação de propostas insustentáveis de empresas sem a qualificação técnica que se espera do processo licitatório em questão, o que atrasaria os procedimentos e aumentariam os custos da contratação.

3.2. FORMA DE CONTRATAÇÃO

3.2.1. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como serviços de engenharia civil, Obra de engenharia, conforme Estudo Técnico Preliminar.

3.2.2. A contratação será realizada por meio de Licitação Pública – Concorrência, com base no Artigo 28 II da Lei nº 14.133/2021, com Critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, conforme artigo nº 33 I da Lei nº 14.133/2021. Garantindo assim, uma maior transparência e a eficiência no processo de contratação e assegurando que a escolha final seja a mais adequada às necessidades do município neste período.

3.2.3. A escolha da empresa, tendo em vista a realização do processo de Licitação Pública – Concorrência, será formalizado por meio de um contrato administrativo, contendo todas as condições estabelecidas e acordadas para a prestação dos serviços, prazos, responsabilidades e pagamentos.

3.2.4. Possibilidade de participação ou não de consórcios de empresas: não se aplica a participação de consórcios de empresas na presente contratação pois a natureza e o porte da obra não justificam a participação consorciada, evitando desproporcionalidade competitiva.

3.2.5. Previsão de subcontratação do objeto: não se aplica a subcontratação do objeto a ser adquirido.

3.2.6. Direito de preferência: aplicável conforme critérios do art. 26 da Lei 14.133/2021.

3.2.7. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

3.2.8. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os Arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual 5% (cinco por cento) e condições descritas nas cláusulas do contrato. A garantia, nas modalidades de



MUNICÍPIO DE VISTA ALEGRE DO ALTO

Praça Dr. E. H. Ower Sandolth, 278 - Cep 15920-000

Vista Alegre do Alto - Estado de São Paulo

CNPJ – 52.854.775/0001-28

Fone: (16) 3277-8300

www.vistaalegrealto.sp.gov.br



caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária deverá ser apresentada durante o processo de habilitação da empresa.

3.3. HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR

Para fins de habilitação, a contratada deverá comprovar os seguintes requisitos:

3.3.1. Habilitação Jurídica

3.3.1.1 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

3.3.1.2 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

3.3.1.3 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

3.3.1.4 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

3.3.1.5 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou **empresária**: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

3.3.1.6 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

3.3.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

3.3.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.



MUNICÍPIO DE VISTA ALEGRE DO ALTO

Praça Dr. E. H. Ower Sandolth, 278 - Cep 15920-000

Vista Alegre do Alto - Estado de São Paulo

CNPJ – 52.854.775/0001-28

Fone: (16) 3277-8300

www.vistaalegrealto.sp.gov.br



3.3.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria vigente.

3.3.2.3 Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

3.3.2.4 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

3.3.2.5 Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

3.3.2.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

3.3.2.7 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

3.3.2.8 Prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

3.3.2.9 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Federal, Estadual e Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

3.3.2.10 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

3.3.3. Qualificação Econômico-financeira:

3.3.3.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua contratação, ou de sociedade simples.



MUNICÍPIO DE VISTA ALEGRE DO ALTO

Praça Dr. E. H. Ower Sandolth, 278 - Cep 15920-000

Vista Alegre do Alto - Estado de São Paulo

CNPJ – 52.854.775/0001-28

Fone: (16) 3277-8300

www.vistaalegrealto.sp.gov.br



3.3.3.2 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

3.3.3.3 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando: índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

Observação: O licitante deverá apresentar, juntamente com as demonstrações contábeis, memória de cálculo contendo o detalhamento dos índices financeiros (LG, LC e SG), demonstrando claramente a fórmula utilizada e os valores extraídos do balanço que compõem cada indicador.

3.3.3.4 Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

3.3.3.5 As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

3.3.3.6 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

3.3.3.7 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao Sped.

3.3.3.8 As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

3.3.3.9 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pela empresa.

3.3.3.10 CNAE – Código Nacional de Atividades Econômica da Empresa compatível com as atividades da proposta.

3.3.4. Qualificação Técnica:

3.3.4.1 A Contratada e seus responsáveis técnicos deverão possuir registro ativo na entidade profissional competente, Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA ou no Conselho



MUNICÍPIO DE VISTA ALEGRE DO ALTO

Praça Dr. E. H. Ower Sandolth, 278 - Cep 15920-000

Vista Alegre do Alto - Estado de São Paulo

CNPJ – 52.854.775/0001-28

Fone: (16) 3277-8300

www.vistaalegrealto.sp.gov.br



Regional de Engenharia e Agronomia (CREA-SP) – especialidade de Engenharia Civil.

3.3.4.2 A contratada deverá possuir capacidade técnica, com vínculo comprovado de contratação (mão de obra especializada) e capacidade operacional (veículos, máquinas, equipamentos, EPIs e EPCs) para a efetiva prestação de serviços objeto desta contratação.

3.3.4.3 A contratada para fins de comprovação da capacitação técnico-operacional, nos termos da súmula nº 23 do tribunal de contas do estado de São Paulo, será exigida a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica que demonstre(m) a execução de parcela de maior relevância do objeto, correspondente a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento). Apresentação de acervo por meio da Certidão De Acervo Técnico (CAT).

Ficam definidos como itens de valores significativos para fins de comprovação de execução os dispostos na tabela abaixo:

| ITEM | FORNECEDOR | CÓDIGO | DESCRIÇÃO | UNID. | QUANT. PREVISTA | 50% DA QUANT. PREVISTA |
|-------|------------|-----------|--|-------|-----------------|------------------------|
| 1 | | | REVITALIZAÇÃO PRAÇA CENTER PARK | | - | |
| 1.4 | | | CONSTRUÇÃO MURETA | | - | |
| 1.4.5 | CDHU 196 | 11.01.160 | Concreto usinado, fck = 30 MPa | M3 | 15 | 7,5 |
| 1.4.7 | CDHU 196 | 14.01.020 | Alvenaria de embasamento em tijolo maciço comum | M3 | 9 | 4,5 |
| 1.5 | | | GRADES | | - | |
| 1.5.1 | CDHU 196 | 24.03.040 | Guarda-corpo tubular com tela em aço galvanizado, diâmetro de 1 1/2" | M | 150 | 75 |
| 1.5.2 | CDHU 196 | 33.11.050 | Esmalte à base água em superfície metálica, inclusive preparo | M2 | 240 | 120 |

3.3.4.4 Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação. A



MUNICÍPIO DE VISTA ALEGRE DO ALTO

Praça Dr. E. H. Ower Sandolth, 278 - Cep 15920-000

Vista Alegre do Alto - Estado de São Paulo

CNPJ – 52.854.775/0001-28

Fone: (16) 3277-8300

www.vistaalegrealto.sp.gov.br



declaração, poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

3.3.4.5 Os trabalhadores da Contratada deverão utilizar Equipamento de Proteção Individual (EPI) e Equipamento de Proteção Coletiva (EPC) sempre que necessário para a execução do serviço.

3.3.5. Outros documentos:

3.3.5.1 Declaração assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a administração.

3.3.5.2 Declaração que está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto a este Município, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da emissão da Autorização de Fornecimento serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial.

3.3.5.3 Declaração que a empresa não possui nenhum dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes, todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, cujos termos declara conhecer na íntegra.

3.3.5.4 Declaração de que concorda com as exigências e sujeitar-se-á a todos os termos do presente processo.

3.3.5.5 Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as Informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

3.3.5.6 Declaração de que está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

3.3.5.7 Declaração de que a contratada irá dispor de profissional com capacidade técnica e treinamento para execução dos serviços seguindo as normas de segurança e utilizando Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) conforme determina a legislação.

3.3.5.8 Declaração de que os colaboradores da contratada deverão dispor de Certificação de acordo com a NR 33 e NR 35, para possibilitar, quando necessário, atividades em espaço confinado e trabalho em altura, respectivamente.



MUNICÍPIO DE VISTA ALEGRE DO ALTO

Praça Dr. E. H. Ower Sandolth, 278 - Cep 15920-000

Vista Alegre do Alto - Estado de São Paulo

CNPJ – 52.854.775/0001-28

Fone: (16) 3277-8300

www.vistaalegrealto.sp.gov.br



3.3.5.9 Declaração que todos os materiais a serem empregados serão novos, comprovadamente de primeira linha, de qualidade extra ou superior e certificados pelo INMETRO, sendo rejeitados os classificados como linha popular ou econômica, promovendo sua substituição quando necessário.

3.3.5.10 Declaração que, atende as regras e normas ABNT, na legislação específica.

4. REQUISITOS DO FORNECEDOR

O fornecedor deverá ter capacidade administrativa, técnica e operacional comprovada nos termos acima descritos e atender as normas técnicas e legislações vigentes.

5. FORMALIZAÇÃO, PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

5.1 Formalização: necessário a celebração de instrumento contratual para esta contratação, nos termos da lei federal nº 14.133/2021.

5.2 Prazo de vigência Contratual: O prazo de vigência contratual será de 5 (cinco) meses após a assinatura do Contrato.

5.3 Prazo de execução: O prazo de execução da obra será de 3 (três) meses contados da emissão da ordem de serviço, conforme cronograma físico financeiro.

5.4 Garantia Contratual

Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual 5% (cinco por cento) e condições descritas nas cláusulas do contrato. A garantia, nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária deverá ser apresentada durante o processo de habilitação da empresa.

5.5 Prorrogação de Contrato

O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual. (Decreto Municipal nº. 5622/2024).



MUNICÍPIO DE VISTA ALEGRE DO ALTO

Praça Dr. E. H. Ower Sandolth, 278 - Cep 15920-000

Vista Alegre do Alto - Estado de São Paulo

CNPJ – 52.854.775/0001-28

Fone: (16) 3277-8300

www.vistaalegrealto.sp.gov.br



6. MODELO DE GESTÃO E/OU METODOLOGIA APLICADA

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Secretária de Obras e Serviços – Eng. Civil Luiz Serrano Júnior – CREA/SP 060.133.452-9, ou ainda, pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto Municipal nº 5622/2024).

O fiscal do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto Municipal nº 5622/2024).

O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto Municipal nº 5622/2024).

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto Municipal nº 5622/2024).

O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual. (Decreto Municipal nº 5622/2024).

O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário. (Decreto Municipal nº 5622/2024).

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência. (Decreto Municipal nº 5622/2024).



MUNICÍPIO DE VISTA ALEGRE DO ALTO

Praça Dr. E. H. Ower Sandolth, 278 - Cep 15920-000

Vista Alegre do Alto - Estado de São Paulo

CNPJ – 52.854.775/0001-28

Fone: (16) 3277-8300

www.vistaalegrealto.sp.gov.br



Além do disposto acima, a fiscalização contratual observará a totalidade do disposto no Decreto Municipal nº 5622/2024.

6.1 Gestor do Contrato

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da autorização de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto Municipal nº 5622/2024).

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto Municipal nº 5622/2024).

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto Municipal nº 5622/2024).

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto Municipal nº 5622/2024).

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto Municipal nº 5622/2024).

O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais



MUNICÍPIO DE VISTA ALEGRE DO ALTO

Praça Dr. E. H. Ower Sandolth, 278 - Cep 15920-000

Vista Alegre do Alto - Estado de São Paulo

CNPJ – 52.854.775/0001-28

Fone: (16) 3277-8300

www.vistaalegrealto.sp.gov.br



condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto Municipal nº 5622/2024).

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente à Divisão de Contratos e Licitações para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Ficam indicados os seguintes servidores, ou ainda, pelos respectivos substitutos, para exercerem as funções de gestores e fiscais do contrato:

- ✓ Gestor do Contrato: Rafael Alves de Sousa - Secretário de Obras e Serviços,
- ✓ Fiscal de obra: Luiz Serrano Júnior Engenheiro Civil Responsável pela Fiscalização de obras no município.

7. PRAZO PARA INICIO DA EXECUÇÃO

Terá início a execução do objeto contratual em até 5 (cinco) dias a partir da data de assinatura da ordem de serviços.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes e estabelecidas em edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.1. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

8.1.1 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

8.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento da execução do objeto, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e



MUNICÍPIO DE VISTA ALEGRE DO ALTO

Praça Dr. E. H. Ower Sandolth, 278 - Cep 15920-000

Vista Alegre do Alto - Estado de São Paulo

CNPJ – 52.854.775/0001-28

Fone: (16) 3277-8300

www.vistaalegrealto.sp.gov.br



tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

8.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal da obra, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

8.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

8.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores da Prefeitura, a contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do Contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

8.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante.

8.9. Comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.



MUNICÍPIO DE VISTA ALEGRE DO ALTO

Praça Dr. E. H. Ower Sandolth, 278 - Cep 15920-000

Vista Alegre do Alto - Estado de São Paulo

CNPJ – 52.854.775/0001-28

Fone: (16) 3277-8300

www.vistaalegrealto.sp.gov.br



8.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

8.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do Contrato.

8.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

8.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

8.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

8.16. Manter durante toda a vigência, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

8.17. Cumprir, durante todo o período de execução, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021).

8.18. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021).

8.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato.



MUNICÍPIO DE VISTA ALEGRE DO ALTO

Praça Dr. E. H. Ower Sandolth, 278 - Cep 15920-000

Vista Alegre do Alto - Estado de São Paulo

CNPJ – 52.854.775/0001-28

Fone: (16) 3277-8300

www.vistaalegrealto.sp.gov.br



8.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

8.22. Cumprir os prazos estipulados nesse documento.

8.23. Possuir pessoal técnico qualificado para prestação dos serviços contratados e condições administrativas operacional.

8.24. Responder pela saúde e segurança de seus empregados de acordo com a legislação vigente durante a execução do objeto contratual.

8.25. Assumir todas as despesas com alimentação, encargos trabalhistas e previdenciários, hospedagem, imposto, mão-de-obra, obrigações sociais, seguros, taxas, transportes, tributos, e demais encargos não especificados neste instrumento.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Efetuar os pagamentos, observadas a forma e condições especificadas no fornecimento.

9.2. Indicar os responsáveis para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços necessários que são objetos deste termo de referência e assinar os documentos de recebimento dos serviços, descrito nas obrigações da CONTRATADA a ser entregue nas medições após a finalização de cada etapa do cronograma físico.

10. PENALIDADES POR DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL

Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta pelo prazo de até 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticarem quaisquer atos previstos no artigo 156, §4º, da Lei federal nº. 14.133/21.

A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada subsidiariamente as disposições da Lei Federal 14.133/21, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, e registrada no Cadastro de Fornecedores.



MUNICÍPIO DE VISTA ALEGRE DO ALTO

Praça Dr. E. H. Ower Sandolth, 278 - Cep 15920-000

Vista Alegre do Alto - Estado de São Paulo

CNPJ – 52.854.775/0001-28

Fone: (16) 3277-8300

www.vistaalegrealto.sp.gov.br



Pela recusa injustificada em assinar o termo contratual ou em retirar o documento equivalente, dentro do prazo estabelecido, será aplicada multa correspondente a 10% do valor do contrato, não se aplicando a mesma, à empresa remanescente, em virtude da não aceitação da primeira convocada.

Pela inexecução total ou parcial do ajuste, sem a devida justificativa aceita pela Administração, e sem prejuízo das demais sanções previstas em lei, o Contratado ficará sujeito, a critério da Administração, a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto não entregue.

Pela inexecução total ou parcial do contrato por parte da Contratada, a administração Municipal, sem prejuízo das penalidades de que trata o item anterior, poderá rescindir unilateralmente o contrato firmado, nos termos dos artigos 137 e seguintes da Lei 14.133/21.

Pelo atraso injustificado na entrega do objeto da licitação, ficará sujeito à multa de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do objeto não entregue.

Com fundamento no artigo 154, §4º, da Lei 14.133/21, ficará impedida de licitar e contratar com o município pelo prazo de 3 (três) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e demais cominações legais a CONTRATADA que:

- a) apresentar documentação falsa;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo;
- e) fizer declaração falsa;
- f) cometer fraude fiscal;
- g) se recusar a assinar o contrato;
- h) não mantiver a proposta, injustificadamente.

11. FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento pelo fornecimento do objeto desta contratação será efetuado na segunda quarta-feira da semana posterior a efetiva execução dos serviços solicitados, atestada pelo recebimento pelo fiscal responsável, observadas as apresentações das certidões de regularidade perante ao INSS e FGTS.

Os pagamentos serão realizados de forma condicionada à constatação, pelo fiscal da obra, da efetiva execução dos serviços previstos, mediante vistoria e aprovação formal das etapas concluídas, e estarão igualmente sujeitos ao repasse ou à



MUNICÍPIO DE VISTA ALEGRE DO ALTO

Praça Dr. E. H. Ower Sandolth, 278 - Cep 15920-000

Vista Alegre do Alto - Estado de São Paulo

CNPJ – 52.854.775/0001-28

Fone: (16) 3277-8300

www.vistaalegrealto.sp.gov.br



liberação dos recursos financeiros pelo Estado, não havendo obrigatoriedade de desembolso antes do cumprimento dessas condições.

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1 – O custo estimado total da contratação é de **R\$ 377.925,18 (trezentos e setenta e sete mil, novecentos e vinte e cinco reais e dezoito centavos)**, conforme demonstrado na Planilha Orçamentária em anexo.

12.2 – Considerando que este processo administrativo subsidiará Licitação Pública e que os serviços encontram-se definidos nos documentos que compõem o Estudo Técnico Preliminar (ETP), a Administração adotou como referências de preços as bases oficiais SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil e Boletim 200 da CDHU (desonerado). Essas tabelas são reconhecidas pelos órgãos de controle como parâmetros adequados para orçamento de obras e serviços de engenharia.

12.3 – A estimativa de preços da contratação foi elaborada a partir dos quantitativos extraídos do projeto e dos valores obtidos nas referidas bases oficiais, assegurando coerência, rastreabilidade, economicidade e conformidade com o



MUNICÍPIO DE VISTA ALEGRE DO ALTO

Praça Dr. E. H. Ower Sandolth, 278 - Cep 15920-000

Vista Alegre do Alto - Estado de São Paulo

CNPJ – 52.854.775/0001-28

Fone: (16) 3277-8300

www.vistaalegrealto.sp.gov.br



mercado da construção civil, em atendimento à Lei nº 14.133/2021 e às orientações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

12.4 – Os preços apurados, considerados os descontos ofertados na fase competitiva, constituirão a remuneração integral da contratada, englobando todos os custos diretos e indiretos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, seguros, materiais, equipamentos, despesas administrativas, BDI e quaisquer outros necessários à execução adequada e completa dos serviços.

13. RESULTADO ESPERADO

A Administração Pública, por meio deste Termo de Referência, busca viabilizar a contratação de serviços de engenharia com qualidade e dentro do prazo necessário, utilizando recursos próprios e repasses do Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Governo e Relações Institucionais – SGRI. O presente instrumento orienta-se pelos princípios da legalidade, eficiência, eficácia e economicidade, assegurando que a execução da obra atenda ao interesse público e às diretrizes estabelecidas para a correta aplicação dos recursos.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos próprios e repasse do Governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria de Governo e Relações Institucionais - SGRI, específicos consignados na Demanda nº 084209/2025 e Processo SGRI-PRC-2025-00177-DM, Convênio 100428/2025 - Governo de São Paulo.

As dotações orçamentárias estão definidas conforme abaixo:

Reforma da praça do Jardim Center Park

Fonte de Recursos Estadual:

Órgão: 01.07 – Secretaria de Obras e Serviços.

Categoria Econômica: 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações.

110.113 SGRI CV 100428-2025 PRACA CENTER PARK

Ficha: 548 – R\$ 250.000,00

Fontes de Recursos Próprio:

Órgão: 01.07 – Secretaria de Obras e Serviços.

Categoria Econômica: 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações.

100.113 LC201-2023

Ficha: 547 – R\$ 94.000,00

Categoria Econômica: 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações.

110.000 Geral

Ficha: 576 – R\$ 33.925,18



MUNICÍPIO DE VISTA ALEGRE DO ALTO

Praça Dr. E. H. Ower Sandolth, 278 - Cep 15920-000

Vista Alegre do Alto - Estado de São Paulo

CNPJ – 52.854.775/0001-28

Fone: (16) 3277-8300

www.vistaalegrealto.sp.gov.br



15. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE, QUANDO COUBER

É de responsabilidade da empresa contratada adotar, durante toda a execução dos serviços, as práticas de sustentabilidade aplicáveis ao objeto, em conformidade com o art. 25 da Lei nº 14.133/2021 e com as diretrizes do Acórdão nº 1.056/2017 – TCU/Plenário. Deverá promover o uso racional dos recursos naturais, otimizar materiais, minimizar desperdícios e reduzir a geração de resíduos, observando as melhores práticas de engenharia sustentável.

Todos os resíduos, embalagens, restos de materiais e descartes deverão ser devidamente segregados, acondicionados e destinados conforme a legislação ambiental e sanitária vigente, incluindo as normas relativas à gestão de resíduos da construção civil. As medidas adotadas deverão contribuir para a redução dos impactos ambientais, garantindo execução responsável, eficiente e ambientalmente adequada dos serviços contratados.

Vista Alegre do Alto - SP, 11 de fevereiro de 2025.

RAFAEL ALVES DE SOUSA
Secretário de Obras e Serviços

LUIZ SERRANO JUNIOR
Eng. Civil - Resp. Fiscalização